

CONTROLE INTERNO NAS EMPRESAS

Patrícia Mie Miyamoto Yoshida¹, Jorge Augusto Gonçalves Reis²

¹ Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade do Vale do Paraíba, Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova, 12224-000 – São José dos Campos, SP -
patriciamie@ig.com.br

² Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade do Vale do Paraíba, Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova, 12224-000 – São José dos Campos, SP – jorgereis@gia.cta.br

Resumo- Este trabalho tem como objetivo demonstrar a grande importância do controle interno nas empresas para a proteção do seu patrimônio. O controle interno se refere a um conjunto de normas e procedimentos adotados por uma empresa de acordo com suas reais necessidades, com a finalidade de evitar, prevenir e detectar possíveis erros, fraudes ou omissões; comprovar a veracidade dos relatórios contábeis, financeiros ou operacionais; estimular a eficiência do pessoal, mediante a vigilância que exerce através dos relatórios; salvaguardar seus ativos, e, de maneira geral, obter-se um controle eficiente de todos os aspectos vitais para a empresa. Atualmente, as empresas estão mais conscientizadas da grande vantagem de prevenir atos que podem causar prejuízos irreversíveis, do que somente se preocupar depois do acontecido. Além disso, é preciso que haja uma auditoria interna atuante, para fiscalizar se o controle interno está sendo aplicado e trazendo resultados positivos para a empresa. Para que uma empresa consiga atingir seus objetivos e lucros é essencial à adoção de um controle interno planejado, organizado e monitorado.

Palavras-chave: Controle interno, proteger, benefícios.

Área do Conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O controle interno vem ganhando espaço cada vez mais no Brasil, embora, ainda seja confundido com auditoria interna. O controle interno se refere a normas e procedimentos adotados para melhor gerenciar a empresa com o objetivo de proteger seu patrimônio. E a auditoria interna tem a função de revisar e fiscalizar se as normas e procedimentos adotados pela empresa estão sendo cumpridos e se são eficazes.

Existem inúmeros fatores com relação a pessoal, tecnologia, sistema de informação, processos de reestruturação que devem ser analisados e submetidos a um controle interno por apresentarem risco de erros no processamento e registro das vendas, compras e demais operações e na preparação das demonstrações financeiras. Quanto melhor for o seu controle interno, a empresa evitará consideravelmente elevados custos com fraudes, erros ou omissões, ou então, conseguirá detectá-los com mais facilidade para tomar as atitudes necessárias.

O objetivo desse trabalho é demonstrar a importância do planejamento, implantação, organização e monitoramento do controle interno nas empresas para proteger seu patrimônio com eficiência e eficácia resultando em benefícios para a empresa.

Materiais e Métodos

Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica em que foram utilizados como materiais de pesquisas os seguintes livros: “Auditoria um curso moderno e completo”, do autor Marcelo Cavalcanti Almeida, “Controles Internos e Segurança de Sistemas: Prevenindo fraudes e tornando auditáveis os sistemas”, do autor Carlos Antonio Cassarro, “Auditoria Conceitos e Aplicações, autor Willian Attie. O método utilizado foi de analisar as diferentes obras e compará-los, até obter-se um contexto harmonioso e sensato.

Desenvolvimento

O Controle Interno, de acordo com o Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados: “O sistema de Controle Interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas na empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas administrativas prescritas”.

Esta definição, como podemos notar, reconhece que um sistema de controle interno se estende além dos assuntos que se relacionam

diretamente com as funções da contabilidade e dos departamentos financeiros.

Podemos citar alguns exemplos de controles internos que são executados no nosso dia-a-dia, sem que notemos a sua importância. Assim acontece nas empresas, pois todas têm controles internos e seus objetivos são: proteger seus recursos; assegurar que seus registros contábeis e financeiros são precisos e confiáveis; promover a eficiência de seus funcionários; encorajar o cumprimento de suas determinações.

O Controle interno pode ser de natureza preventiva, detectiva ou corretiva.

Controles preventivos são planejados com a finalidade de evitar a ocorrência de erros, desperdícios ou irregularidades. Exemplo: o fechamento da porta de seu carro serve para prevenir que ele seja roubado.

Controles detectivos são os que detectam os erros, desperdícios ou irregularidades, no momento em que eles ocorrem, permitindo a adoção de medidas tempestivas de correção. Exemplo: quando o alarme de seu carro dispara, é porque detectou algo errado e tem a finalidade de evitar que o fato aconteça.

Controles corretivos são os projetados para detectar erros, desperdícios ou irregularidades depois que já tenham acontecidos, permitindo a adoção posterior de ações corretivas. Exemplo: a conferência do seu extrato de conta bancária permite que você detecte erros porventura existentes e a posterior adoção de medidas para correção dos mesmos.

A importância do controle interno

Muitas pessoas imaginam ser o controle interno sinônimo de auditoria interna. É uma ideia totalmente equivocada, pois a auditoria interna equivale a um trabalho organizado de revisão e apreciação de trabalho, normalmente por um departamento especializado, ao passo que o controle interno se refere a procedimentos e organização adotados como planos permanentes da empresa.

Segundo Attie, Willian “os problemas de controle interno encontram-se na empresa moderna, em todas as suas áreas: vendas, fabricação, compras, tesouraria, etc.

O exercício de um adequado controle, sobre cada uma destas funções assume fundamental importância para que se atinjam os resultados mais favoráveis, com menores desperdícios.

A função da contabilidade, como instrumento de controle administrativo é hoje unanimidade reconhecida. Um sistema de contabilidade que não esteja apoiado em um controle interno eficiente é até certo ponto inútil, uma vez que não é possível confiar nas informações contidas nos relatórios contábeis”. [1]

As empresas precisam tomar decisões e para isso, na maioria das vezes se baseiam nas informações contábeis e se estas estiverem distorcidas podem levar a conclusões erradas e danosas para a empresa. Apesar, do controle interno estar ganhando espaço no Brasil, infelizmente ainda existem empresários que desconhecem ou não dão a importância devida ao sistema de controle interno. Pensam que tendo empregados de confiança estarão cobertos contra quaisquer irregularidades. Ter-se confiança nos subordinados não deixa de ser correto, porém é necessário admitir-se que esta confiança pode dar lugar a toda espécie de fraudes.

Basta dizer que a grande parte de irregularidades nos negócios, segundo tem se verificado, se deve a empregados que se considerava de confiança. Além disso, quando não existem procedimentos de controle internos, são frequentes os erros involuntários e desperdícios”.

Basicamente, os principais objetivos do controle interno são:

a) Comprovação da veracidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros ou operacionais;

b) Prevenção de fraudes e, em caso de ocorrência das mesmas, possibilidade de descobri-las o mais rapidamente possível e determinar sua extensão;

c) Localização de erros e desperdícios, promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção, ao registrarem-se as operações;

d) Estimular a eficiência do pessoal, mediante a vigilância que exerce através dos relatórios;

e) Salvar os ativos e, de maneira geral, obter-se um controle eficiente sobre todos aspectos vitais do negócio.

Por todos os motivos acima citados, podemos ver que é essencial o planejamento e a utilização de um controle interno adequado para a gestão da empresa.

Tipos de controle interno

O controle interno na empresa pode ser bem amplo, para facilitar podemos dividi-lo em controles contábeis e controles administrativos.

Os controles contábeis estão relacionados à proteção dos bens, direitos e obrigações da empresa e a fidedignidade dos registros financeiros. Alguns exemplos dessa modalidade de controle são os sistemas de conferência, aprovação e autorização de transações, o princípio de segregação de tarefas, os controles físicos sobre os bens e informações etc.

E os controles administrativos estão relacionados à eficiência e eficácia operacional e obediência a políticas e normas da administração. Podemos citar exemplos como controle de qualidade, treinamento e desenvolvimento de pessoal, os estudos de tempo e movimentos etc.

Interpretação do conceito de controle interno

Para que o controle interno seja compreendido corretamente, devemos levar em consideração as políticas e sistemas administrativos, o plano organizacional e as suas respectivas interdependências.

As políticas são idéias planejadas, que serão observadas todas as vezes que forem necessárias as tomadas de decisões, influenciando em todas as áreas da empresa.

Políticas operacionais consistem mais em ser regras de trabalho, objetivando metas operacionais. Embora estas apresentem menos influência e sejam derivadas das políticas globais. São elas que interessam mais ao conceito de controle interno.

Políticas globais afetam todo o comportamento da organização, dizemos que são as políticas estratégicas que impõe metas para serem devidamente alcançadas.

Todo sistema de informações deve ser devidamente planejado de modo a trazer eficiência, economia e além de tudo produzir informações úteis, controladas e em tempos hábeis.

A empresa tem o seu plano organizacional com suas divisões de níveis de autoridade e setores definindo as atividades de cada um e sua respectiva autoridade e ou subordinação.

As políticas, sistemas e organização interagem entre si e devem ser observados para a criação de um controle interno capaz de satisfazer os objetivos da empresa.

Princípios do controle interno

Existem alguns princípios fundamentais que devem ser seguidos por medidas de segurança e precaução.

Responsabilidade - Deve ter uma delimitação exata da responsabilidade de cada funcionário ou setor interno da empresa. Com a finalidade de assegurar que todos os procedimentos de controles sejam executados; detectar erros e irregularidade; apurar as responsabilidades dos atos cometidos quando necessário.

A seguir, alguns exemplos de tarefas internas de controle, que precisam de responsáveis definidos:

- a) Aprovação de aquisição de bens e serviços;
- b) Certificação do recebimento de bens ou prestação dos serviços;
- c) Programação financeira do pagamento;
- d) Guarda de talonários de cheques em branco.

Rotinas internas - A empresa deve criar um manual de organização com todas as suas rotinas internas e com as instruções necessárias para estimular a normalização, eficiência e evitar erros. Nesse manual devem conter informações sobre

suas rotinas internas e formulários internos e externos a serem utilizados, como por exemplo, instruções para o preenchimento e destinações dos formulários internos e externos; e procedimentos internos referentes aos diversos setores da empresa.

Segregação de funções - A contabilização e o acesso aos ativos não podem ser feitos por um mesmo funcionário. Essas funções, devido a possibilidade de manipulação de fatos que possam encobrir fraudes, devem ser segregados.

Vamos citar alguns exemplos de incompatibilidade entre as funções:

a) Compras e Recebimentos de bens – O funcionário poderia incluir um processo de compra falso no sistema, evidenciar o recebimento do bem que não entrou na empresa e posteriormente se beneficiar com o produto do pagamento.

b) Contabilidade e contas a pagar – O empregado poderia incluir um documento falso no sistema, contabilizá-lo e liberá-lo para pagamento na área financeira e posteriormente se beneficiar com o produto do pagamento.

c) Contabilidade e Custódia de bens – Poderia contabilizar um bem como despesa para se apropriar dele indevidamente.

d) Recebimento de bens e contas a pagar – Poderia incluir um documento falso no sistema, liberá-lo para pagamento e posteriormente se beneficiar com o produto do pagamento.

Acesso aos ativos - Os ativos da empresa devem ser administrados por funcionários responsáveis, mas que tenham poder limitado para evitar possíveis fraudes.

Conferência de ativos - Os ativos devem ser periodicamente contados e confrontados com os saldos dos registros contábeis. Esse processo deve ser realizado por um funcionário que não tenha acesso aos ativos, para que não venha beneficiar-se de algum ativo e afirmar que o estão de acordo com os registros contábeis.

As conferências dos ativos podem ser da seguinte forma:

- a) Contagem de caixa e comparação com o saldo do razão geral;
- b) Contagem física de títulos e comparação com o saldo da conta de investimentos do razão geral;
- c) Conciliações bancárias;
- d) Inventário físico dos bens e comparação com suas contas do razão geral.

Adequação de equipe - A qualificação profissional e quantidade de empregados devem ser adequadas para atender as reais necessidades de cada área.

Subordinação orgânica e funcional - Normalmente os recursos técnicos, humanos e financeiros das empresas são escassos, sendo assim, para que haja uma boa administração desses recursos devemos planejar a hierarquia da

empresa de modo que as atividades objetivas da empresa e não as intermediárias sejam subordinadas diretamente ao principal executivo ou ao controlador, tendo por consequência prioridades em serem atendidas.

Sistemas integrados - O controle interno deve possuir sistemas integrados de modo que uma área possa controlar outra. Devendo ter registros somente de transações devidamente autorizadas e tendo seus cálculos, valores, classificações e controles conferidos.

Auditoria interna - É necessário que haja um departamento de Auditoria interna na empresa para fiscalizar, revisar e avaliar se o controle interno está sendo bom o suficiente para suprir as necessidades empresariais.

Custos do controle x benefícios - Não podemos nos esquecer que o custo do controle interno não deve exceder os benefícios por ele alcançados. Ao planejar um controle interno deve-se levar em consideração e com bom senso se ele é realmente necessário e se o seu custo será recompensado pelas vantagens obtidas por implantá-lo.

Controle interno e o sistema de Processamento de dados

Devido a crescente utilização dos meios eletrônicos de processamento de dados nos sistemas de informação é necessário adotar um controle interno.

Levando-se em consideração a escolha mais apropriada dos programas de computadores a serem utilizados, as condições físicas do local de instalação dos equipamentos devem ser adequadas, e também, deve haver uma manutenção regular e por pessoal capacitado do equipamento.

Relação do controle interno com a auditoria

O controle interno por melhor que seja, deve ser fiscalizado periodicamente por um auditor interno, com a finalidade de averiguar se realmente está sendo utilizado e se está sendo bom para o funcionamento da empresa.

O auditor deverá efetuar o levantamento do sistema contábil e de controle interno, avaliar o grau de confiabilidade, e, baseado neste, estabelecer a extensão dos procedimentos de auditoria e o momento de sua aplicação.

Para se certificar de que o sistema de controle interno está realmente sendo utilizado são aplicados testes, que consistem em observar a execução dos trabalhos pelos funcionários e a inspeção de documentos e registros contábeis.

A avaliação do sistema de controle interno servirá de base para o auditor determinar o grau de confiança que nele possa depositar. Se o controle interno da empresa for bom, o auditor

poderá diminuir o volume de testes de auditoria, porém, se for fraco, a tendência é aumentar os testes.

Ao ser detectada deficiência no sistema de controle, o auditor poderá fazer recomendações mais importantes e realistas à administração para que providenciem as medidas corretivas consideradas apropriadas.

Para realizar uma avaliação mais profunda o auditor deve considerar o plano organizacional e a divisão de responsabilidades, os sistemas de autorizações, procedimentos de registros e elaboração de relatórios, manuais internos, conversar com os funcionários, inspeção física desde o início da operação (compra, venda, pagamentos etc) até o registro no razão geral, e a eficiência com que as normas e procedimentos estabelecidos estão sendo seguidos.

Conclusão

É de extrema importância que as empresas adotem um sistema de controle interno adequado, com a finalidade de proteger o seu patrimônio. Ao adotá-lo a empresa estará evitando fraudes, erros ou omissões, e em consequência evitará os indesejáveis custos.

Contudo, não adianta ter um controle interno excelente se o mesmo não estiver sendo aplicado na prática. Por esse motivo, é necessário que haja um auditor interno com a responsabilidade de fiscalizá-lo.

O controle interno se destina principalmente na prevenção e adoção de medidas que possibilitam reduzir a ocorrência de problemas. Ao contrário do que ocorreria no passado, ou seja, eram acionadas apenas depois dos prejuízos ocorridos, quando as perdas financeiras e o comprometimento da imagem da empresa muitas vezes já se encontravam em situações irreversíveis.

Portanto, é impossível que haja uma boa gestão empresarial sem a implantação e utilização de um bom controle interno.

Referências

[1]ATTIE, Willian. Auditoria Conceitos e Aplicações. São Paulo: Atlas, 1995. p. 60-61.

CASSARRO, Carlos Antônio. Controles internos e Segurança de Sistemas: Prevenindo fraudes e tornando auditáveis os sistemas. São Paulo: LTR, 1997.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria um curso moderno e completo. São Paulo: Atlas, 1996.